

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 07.070.850/0001-05
Belo Horizonte - MG

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em reais mil)

g) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Essa demonstração reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, utilizando o método indireto.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários a vista.....	11	5
Aplicações financeiras.....	16.986	16.788
	16.997	16.793

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil (a).....	11.979	10.976
Banco Itaú (b).....	5.007	5.812
	16.986	16.788

As aplicações financeiras estão demonstradas ao valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício e correspondem a títulos de renda fixa – CDB, nas seguintes formas:

(a) CDB com taxa de remuneração de 95% em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

(b) CDB com taxa de remuneração entre 75% e 93% em 31 de dezembro de 2018 (entre 75% e 96% em 31 de dezembro de 2017). Essa aplicação é compromissada e isenta de IOF.

O saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 é classificado como equivalentes de caixa, por possuir conversibilidade imediata.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2018		31/12/2017	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
Concessionárias e permissonárias.....	1.670	–	1.629	–
Parcela do circulante.....	1.670	–	1.629	–
Parcela do não circulante (a).....	–	69	–	69

A Administração da Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista não haver qualquer expectativa de perda em relação às contas a receber.

(a) Refere-se a valores a receber de clientes que estão amparados por decisão judicial em caráter liminar e recolhendo os valores em juízo.

6. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a empresa deverá aplicar anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (Programa de P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Os valores devidos, calculados conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL são registrados no passivo circulante.

A Companhia é parte integrante de Convênio de cooperação técnico científica para o projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado “Sistema óptico de monitoramento da integridade física de cabos de linha de transmissão em vãos críticos”. Para o citado projeto, a Companhia aplicou o montante de R\$ 176. Como o projeto está encerrado, aguardando somente aprovação da ANEEL, os gastos realizados foram baixados em contrapartida ao passivo circulante, na mesma rubrica.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

São depósitos judiciais referentes a ações de servidão administrativa que seguem seu curso normal no judiciário. Conforme relatório da assessoria jurídica da Centroeste, os depósitos cobrem a totalidade do principal, porém há incidência de juros de 12% ao ano, devidos desde a emissão provisória da posse, e poderão acarretar desembolso pela Companhia, que só serão reconhecidos após o término da ação, quando serão apresentados os cálculos para liquidação de sentença.

8. ATIVO DE CONTRATO

De acordo com a IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1 a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$56.339 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido.

A seguir a movimentação do ativo contratual:

Saldo inicial Ativo Financeiro 01/01/2018.....	37.698
(+) Ajustes CPC 47.....	56.339
Saldo ativo de contrato 01/01/2018.....	94.037
(-) Realização do ativo contratual pela RAP.....	(15.675)
(+) Receita remuneração do ativo contratual.....	16.447
Saldo ativo de contrato 31/12/2018.....	94.809

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

FINANCIADORES

MOEDA NACIONAL

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Moedas	31/12/2018			31/12/2017
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
BNDES.....			3.204	10.161	13.365	15.535
Dívida em Moeda Nacional.....			3.204	10.161	13.365	15.535
Total de Empréstimos e Financiamento.....	abr/23	Real	3.204	10.161	13.365	15.535
Total Geral.....			3.204	10.161	13.365	15.535

A Companhia obteve em julho de 2011 um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$ 28.217, com o objetivo de aplicar em gastos com Estudos e Projetos, Obras Cíveis e Máquinas e Equipamentos.

10. DIVIDENDOS

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 50% do lucro líquido, calculado conforme disposto no Estatuto Social.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras, a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária que se realizará em agosto de 2020, calculada nos termos do Estatuto Social é como segue:

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício.....	12.410
Constituição da reserva legal.....	(621)
	11.789
Dividendos mínimos obrigatórios.....	5.895
Reserva de retenção de lucros.....	5.894

A reserva legal está constituída à alíquota de 5% do lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio, até o limite de 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

O dividendo regulatório diverge do dividendo societário pois o dividendo regulatório não considera a remuneração do ativo financeiro.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social de R\$ 28.000 (vinte e oito milhões de reais) em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é representado por 28.000.000 (vinte e oito milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com participação de 51%, e ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A, com participação de 49%.

Composição do Patrimônio Líquido:

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Capital social.....	28.000	28.000
Reservas legal.....	3.562	2.941
Reserva de retenção de lucros.....	5.894	7.065
Reserva de lucros a realizar.....	56.339	–
Total do Patrimônio líquido.....	93.795	38.006

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

12. RECEITA OPERACIONAL

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma.

Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um “Ativo contratual”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passaram ser mensuradas da seguinte forma:

– Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

– Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação,

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, infraassinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclare-

cimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2020.

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Receita de operação e manutenção.....	2.643	2.511
Remuneração do ativo contratual.....	16.447	12.438
Receita operacional bruta.....	19.090	14.949

	31/12/2018	31/12/2017
Deduções da receita		
PIS.....	(114)	(107)
COFINS.....	(528)	(492)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D.....	(164)	(152)
Reserva global de reversão - RGR.....	(341)	(343)
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	(63)	(62)
Operação e manutenção – O&M.....	(1.166)	(1.087)
Compartilhamento de instalações.....	(250)	(253)
Operador Nac. do Sistema Elétrico - ONS.....	(17)	(15)
	(2.643)	(2.511)
Receita operacional líquida.....	16.447	12.438

13. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras abrangem despesas com tarifas bancárias, juros, multas e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, a saber:

	31/12/2018	31/12/2017
Encargos sobre financiamento BNDES.....	1.271	1.519
Variação cambial - BNDES.....	1.674	653
Outras despesas financeiras.....	28	122
Total.....	2.973	2.294

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Fatores de risco – Risco de crédito: Considerando que a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com concessionárias e permissonárias, regulando a prestação de seus serviços, o risco de crédito por contas a receber é considerado baixo.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2020, a acionista Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Centroeste, correspondente a 49% do capital social, passando a ser titular, assim, da totalidade das ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da Centroeste pela CEMIG, conforme disposições contidas no Pronunciamento Contábil IFRS 10/CPC 36 – Demonstrações consolidadas, é resultado do exercício do direito de preferência na aquisição detido pela CEMIG da participação societária objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

Em agosto de 2020, a Companhia realizou o pré-pagamento da dívida que possuía junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$9.764.

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contadora CRC-MG 77.839

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas
Belo Horizonte (MG)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia de Transmissão Centroeste de Minas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia de Transmissão Centroeste de Minas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cia de Transmissão Centroeste de Minas, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

Os principais pontos foram: i) Os depósitos judiciais sobre as ações de servidão administrativa (Nota Explicativa nº 07), da que seguem seu curso normal no judiciário. Conforme relatório da assessoria jurídica da Centroeste, os depósitos cobrem a totalidade do principal, porém há incidência de juros de 12% ao ano, devidos desde a emissão provisória da posse, e poderão acarretar desembolso pela Companhia, pois só serão reconhecidos após o término da ação, quando serão apresentados os cálculos para liquidação de sentença; ii) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 08, a Cia, realizou em 29 de setembro de 2020, a reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2018 para efeito comparativo ao exercício aqui auditado por nossa firma, com objetivo de adequação as normas contábeis vigentes, mais especificamente ao CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes, resultando em um impacto de R\$ 56.339 mil na conta de ativo contratual, em contrapartida em seu patrimônio líquido.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

